



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MAIO DE 2023

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento

Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita

Ex.^{mos} Srs. José Rui Cardoso

Silvestre Mendes

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 30 minutos.

Deu-se continuidade ao debate e apreciação conjuntos e aprovou-se, na especialidade, as Propostas de Lei n.º 01/XII/1.ª/2023 – Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico 2023 e n.º 02/XII/1.ª/23 – Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico 2023, analisando os orçamentos dos Ministérios das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente e do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Usaram da palavra, além do Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (Adelino Cardoso), que respondeu às

questões levantadas, os Srs. Deputados Laudino Afonso de Jesus (ADI), Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN), Eldimiro Manuel (MCI/PS-PUN), Ossáquio Riôa (ADI), Nito Viegas d' Abreu, (ADI), Alberto da Trindade Luís (ADI), João Leonardo (MCI/PS-PUN), José António Miguel (ADI), José Carlos Cabral (ADI), Pedro Carvalho (ADI), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) e Levy Nazaré (BASTA).

Fizeram declaração de voto os Deputados João Leonardo (MCI/PS-PUN), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) e José António Miguel (ADI).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 11 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, bom dia. Para completar a Mesa, chamo o Sr. Secretário José Rui. Não vem tomar o seu lugar na Mesa?

O Sr. **José Rui** (MLSTP/PSD):— Não. Vou fazer intervenção.

A Sra. **Presidente**: — Sra. Vice Secretária vem tomar o seu lugar na Mesa.

A Mesa já está completa e temos na sala 52 deputados.

Existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**

Afonso da Graça **Varela** da Silva

Albertino Almeida da Cruz

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro da Conceição **Lima**

Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita** do Nascimento

Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**

Celmira de Almeida do **Sacramento** dos Santos Lourenço

Edmilson das Neves Amoço

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva **Teixeira**

Hélder Santana de Nascimento

Honório Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral D' Alva

Jozino Malupane da **Veiga**

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d' Abreu

Ossáquio Perpetua **Riôa**

Silvestre Moreno **Mendes**

Sólito da Cunha Lisboa **Neto**

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino José da **Costa**

Adllander Costa de **Matos**

Arlindo Barbosa Semedo

Ayza Fortes da Silva

Conceição Vieira **Moreno**

Danilo Neves dos **Santos**

Elákcio Afonso da **Marta**

Ermilinda José Dias Borges C. M. de Pinho

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D' Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**

Jaime Pires Sequeira de **Menezes**

Jorge Lopes de **Bom Jesus**

José Maria Afonso de **Barros**
José Rui Tavares **Cardoso**
Oswaldo António Cravid Viegas **d' Abreu**
Oswaldo Eduardo João
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**
Wuando Borges **Castro** de Andrade

MCI-PS/PUN:

António dos Reis **Faleiro**
Baltazar Albertina **Quaresma**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Eldimiro Emiliano **Manuel**
João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento Basta (MB):

Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Policarpo Viegas de Oliveira **Freitas**

Deixa-me, antes de mais, saudar a todos e a todas. As nossas habituais saudações extensíveis aos nossos seguidores, aos técnicos das televisões e da Assembleia Nacional que permitem a transmissão da nossa sessão em directo. Também a todos que colaboram connosco para que possamos levar ao público os nossos trabalhos. A todos, muito bom dia e muito obrigada.

Peço aos serviços que convidem os membros do Governo.

Já temos presentes na Sala os membros do Governo aos quais a Mesa saúda.

Vamos continuar os nossos trabalhos, no quadro da discussão na especialidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2023. Nós hoje vamos analisar o orçamento do Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente e do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Está aberta a inscrição para a discussão do orçamento do Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino Afonso.

O Sr. **Laudino de Jesus** (ADI): — Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social, Técnicos da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do País.

Eu, enquanto o primeiro interveniente, gostaria de desejar votos de muito bom trabalho às Sras. e Srs. Deputados e esperar que este último dia que nos resta seja bastante profícuo no nosso desempenho, enquanto Deputados da Nação.

Tomo a palavra, se calhar não é para trazer muitas contribuições, ou seja, não é para acrescentar nem cortar de lado nenhum, mas apenas para dizer ao Sr. Ministro das Infra-estruturas que olhei para as obras aqui elencadas, relativamente à área da sua jurisdição, que é o Ministério das Infra-estruturas, vi que todas essas obras e projectos são importantes e urgentes para o País. E porque tudo é urgente neste momento, e nós precisamos que as coisas avancem, para que consigamos atingir a meta desejada, eu destaco em particular algumas obras aqui inscritas do Distrito de Cantagalo e, enquanto porta-voz da população deste Distrito e não só, quero dizer ao Sr. Ministro que é verdade que todas as obras são urgentes, mas acredito que dentro das urgências ou prioridades, deve ter elencado algumas prioridades das prioridades. Uma vez que sabemos que temos muito pouco tempo de execução deste Orçamento, que são 6 meses, e acredito que dentro desses 6 meses há algumas obras que foram tidas como prioridades para execução e conclusão ainda dentro deste ano, é neste âmbito que venho apelar, em nome da população de Cantagalo, que dentro desta lista de prioridade das prioridades que provavelmente o Sr. Ministro em sintonia com o Chefe do Governo deve ter elencado, que coloque como prioridade das prioridades a obra de reabilitação do troço de estrada que liga Riboque – Santana à Praia Messias Alves, que é urgente, e a obra de reabilitação do sistema de abastecimento de água para a Cidade de Santana e arredores. Portanto, não quer dizer que as

outras obras não sejam importantes, todas elas são, mas quero de viva voz pedir que essas duas obras sejam colocadas na lista de prioridades das prioridades.

Como não podia deixar de ser, refiro-me também a um troço de estrada que creio ser em terra batida, que já vem de sucessivos orçamentos, que é o troço de estrada que se calhar já tem barba branca, que é a estrada de Micondó. Por acaso, eu a vi inscrita no orçamento da INAE e espero que também se dê uma atenção a ela.

E também não vejo inscrito no orçamento deste Ministério o troço de estrada que dá acesso à Escola Secundária de Mestre António. Portanto, não sei se está, mas procurei e não vi. Se estiver, agradeço que me indique em que ponto está. Se não estiver, é verdade que para este orçamento não é possível, mas deixo o apelo para que no próximo se faça constar, uma vez que quando chove os alunos que frequentam aquela escola têm muita dificuldade em ter acesso a ela.

E para finalizar, Sr. Ministro, relativamente à manutenção das estradas, nós sabemos que quando uma estrada está feita, se ela começar a ter cortes, estamos a diminuir o seu tempo de vida. Falo exactamente da estrada do Sul. As pessoas que fazem o trajecto da Cidade Capital à Santana ou mais adiante, notam que depois da igreja de Bombom, há uns troços que foram cortados, seguramente para esgoto e saneamento. Há cortes que vêm desde alguns anos, para não referir exactamente ao ano, fez-se o trabalho e não se tapou.

Muito recentemente vi também, antes da zona de Nova Olinda, eu acredito ser obra para abastecimento de água, onde se cortou a estrada. Que se tenha atenção ou, se existe mecanismo que se possa accionar quando essas intervenções necessárias são feitas e que culminam com o corte de estrada, que elas estejam automaticamente repostas, porque acelera a sua degradação.

De momento é o que trago e no decorrer dos nossos trabalhos, se justificar, voltarei ao púlpito para dar a minha contribuição.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Técnicos da Comunicação Social e desta Casa Parlamentar, população de São Tomé e Príncipe e principalmente população de Caué, bom dia.

Tendo em conta que hoje nesta augusta Assembleia vamos tecer considerações relativamente ao Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, assim trago algumas contribuições.

Temos no Distrito de Cantagalo certas roças que, por sinal, são as antigas dependências da ex-Empresa Agrícola Água Izé, que são Claudino Faro, Anselmo Andrade, Mato Cana, Bernardo Faro, que actualmente também contribuem para o abastecimento do nosso mercado central com produtos como banana, matabala, mandioca, fruta-pão, dentre outros. Mas contrariamente, são estas supracitadas roças que não têm via de acesso em condições, para permitir a circulação de transporte com segurança, de forma a garantir o escoamento dos referidos produtos, que são de capital importância para a nossa economia, bem como para a nossa dieta alimentar.

Desta senda, o MCI/PS-PUN sugere ao Governo no sentido de dar uma atenção a essas estradas que ligam as aludidas roças, pertencentes ao Distrito de Cantagalo, que incidem no processo da economia do País. Assim como as roças anteriormente ressaltadas, o Distrito de Caué não foge à regra. Estamos a falar de Porto Alegre e de várias outras localidades nos arredores, que fornecem de igual modo ao mercado central produtos vindos da agricultura e da pesca. É de sublinhar que a estrada que a população alvo percorre diariamente à Cidade Capital e vice-versa, para a prática da sua actividade, com o intuito de ganhar pão para o sustento da família, é uma lástima, é um autêntico perigo para a segurança e a vida daquela população. Não podemos ficar indiferentes perante esta situação crítica e assim apelamos ao Governo que a reabilitação da estrada de Ribeira Peixe a Porto Alegre, em betão betuminoso, seja uma realidade. Que façam as coisas acontecerem e que não fiquem só na expectativa.

Ainda com a preocupação de melhoria de via de acesso, as roças que contribuem para o abastecimento do mercado central, no Distrito de Mé-Zóchi, são: Bemposta, Novo Destino, Nova Moca, dentre outras, que de igual modo requerem uma intervenção no que concerne às suas estradas. Pois, mais uma vez, pedimos ao Governo que dê uma atenção as roças em todos os seus aspectos.

O Distrito de Caué, como é do conhecimento de todos, é uma região extremamente chuvosa, tendo em conta a sua característica montanhosa e extremamente acentuada, associada à densa florestação. Porém, incrível e contrariamente ao Distrito de Caué quase todo, incluindo a Cidade de Angolares, padece de problema de abastecimento de água potável. Daí que exortamos ao Governo para que encontre solução para esta crítica realidade, nos próximos 6 meses.

Como as dificuldades são inúmeras, somos obrigados a, de qualquer jeito, instar o Governo a que arranque com a construção do Jardim de Infância de Angra Toldo e Praia Pesqueira e com a construção do famoso Liceu de Caué. Não importa que esteja apenas plasmado no Orçamento. Queremos que se materialize, já que estamos no Ministério das Infra-estruturas.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eldimiro Manuel.

O Sr. **Eldimiro Manuel** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros e Membros do Governo, saudações extensivas a todo Povo de São Tomé e Príncipe que está agora a nos ver e ouvir, na diáspora e a nível nacional. Saudações especiais ao povo do Distrito de Lembá e também a todos os Técnicos afectos a esta Casa e aos órgãos da Comunicação Social.

Como sabem, estamos aqui hoje para aprovar o Orçamento na especialidade e com relação ao Ministério das Infra-estruturas, venho cá como defensor do povo de Lembá, para elencar alguns pontos que têm afligido o Distrito. O que encontra plasmado nos dois diplomas faz referência à reabilitação da estrada que liga a Vila de Santa Catarina à Roça Brigoma e também construções de pontes sobre os Rios Lembá e Samu. Peço ao Sr. Ministro das Infra-Estruturas que viabilize no sentido de materializar estas obras, uma vez que, como prova viva, eu trabalhei como professor na Escola de Santa Catarina, durante 13 anos, e a degradação da estrada que liga a mesma localidade à Roça Brigoma torna um caos a circulação dos estudantes. Portanto, quando chove, eles não conseguem ir à escola, porque o caudal do rio aumenta e a ponte, partida como está, dificulta a travessia dos estudantes. Consequentemente, dificultará que os agricultores possam fazer chegar os seus produtos à Vila de Santa Catarina, para posteriormente serem evacuados para a Cidade Capital ou para a Capital do Distrito de Lembá, que é Neves. A estrada é muito importante para eles e assim é necessário que o Sr. Ministro acentue bem esta situação.

Com relação também a Lembá, a sua ponte está partida e todos os moradores que moram nas zonas periféricas de Lembá, como Ponta Furada, não conseguem deslocar-se, para evacuarem os seus produtos para comercialização e assim, de uma forma ou de outra, vem baixando a economia financeira das pessoas que moram naquela comunidade. Visto que já conhecemos a realidade do Distrito de Lembá, referidamente a zona de Santa Catarina é onde o tónico da pobreza é mais acentuado. Portanto, é necessário que priorizem aquelas situações para viabilizar a efectivação desses projectos.

E também no que toca aos projectos que não estão elencados nos dois diplomas que estamos a abordar, temos a Estrada Nacional n.º 1, que liga o Distrito de Lobata a Lembá. Lembá é um distrito que de facto propicia o envio de vários produtos para a Capital do País, desde produtos naturais até combustíveis. Sabemos, por exemplo, que há aproximadamente 2 anos houve uma barricada na estrada de Lembá, dificultando a passagem de combustível e em menos de uma semana o País quase que ficou às escuras. É necessário que tenhamos precaução com relação a essa situação. O pavimento está totalmente degradado, o asfalto não se fala e isso propicia acidentes, condicionando até a vida humana. Na semana passada, quando eu vinha à Capital, quase que um carro me atropelava, porque desviou um buraco e saiu da sua mão, quando se aproximava de uma curva. E assim é necessário que vejamos essa situação. Pese embora não esteja elencado no Orçamento, porque também sabemos que é um orçamento a curto a médio prazo, mas que no próximo possa ser prioridade da parte do Sr. Ministro.

Por outro lado, gostaria de fazer também referência à ponte que dá acesso ao marco histórico de São Tomé e Príncipe. A ponte está partida e acredito que se chegar agora uma delegação e se o Sr. Ministro quiser fazer uma deslocação ao marco histórico, se calhar, quando se deparar com a situação, irá sentir um receio enorme, tendo em conta que para atravessarmos temos que passar pelo rio e, se o caudal estiver cheio, não conseguiremos passar. Portanto, é uma questão que é importante e afecta São Tomé e Príncipe, porque é um marco histórico. É melhor que possamos dar uma nova visão ao nosso marco histórico, para que ele seja de facto marco histórico.

Para terminar, faço referência à questão da água. Há um ano e meio, no dia 28 de Dezembro de 2021, que choveu bastante ao nível do País, a enxurrada praticamente soterrou o Centro de Tratamento de Água para a Cidade de Neves e, de lá para cá, voltamos à condição antiga, porque tínhamos um centro chamado posto de coloração, que ao ver dos dirigentes não tratava da melhor forma a água para a população, e tornou-se necessário a construção de um centro maior. E aquela calamidade fez com que o centro ficasse soterrado praticamente e, digamos assim, voltamos à condição antiga, quer dizer que aceitamos consumir a água que havíamos negado. Isso tem causado problemas de saúde ao nível de Lembá, com destaque para a infecção urinária, que não tem seleccionado pessoas. Desde crianças até os adultos estão a sofrer. Houve um disparo de infecção urinária no Distrito. Não está elencado nas Grandes Opções do Plano, mas é necessário que o Sr. Primeiro-Ministro veja porque, quando se trata de algo que joga com a saúde, é prioridade. Espero que no próximo Programa, ou seja, nos próximos diplomas que vamos discutir para o próximo ano económico, que aquilo seja prioridade, para facilitar o povo de Lembá.

Então, muito obrigado. É só isso que queria dizer e desejo boa sorte nesta governação.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros presentes e Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do País, bom dia.

Com a sua permissão, Sra. Presidente, vou falar directamente para o Ministro das Infra-Estruturas. Estamos agora a discutir o orçamento do Ministério das Infra-estruturas. A força que me traz aqui é de uma localidade do Distrito de Cantagalo, que é Plano de Água Izé, que é uma zona piscatória, como todos sabem, que tem uma situação de via de acesso, a entrada de Boca de Inferno ao Plano de Água Izé não está em condições para o trânsito.

Temos também a situação da ponte da mesma zona, que é uma ponte que foi reabilitada há bem pouco tempo pelo Governo do Dr. Patrice Trovoada. A ponte foi feita de alumínio, mas por causa da brisa do mar, está na fase de degradação e isto está a criar perigo. Eu até convido o Sr. Ministro das Infra-estruturas, para mandar uma equipa lá para fazer um estudo daquela ponte.

Acho que o povo de Cantagalo está a viver numa utopia que tem a ver com o abastecimento de água em Água-Izé, Santana e arredores. Já foi lançada há muito tempo a obra de abastecimento de água, eu não sei se é capricho da empresa ou do Governo ou fase de investimento, mas o povo de Cantagalo vive até hoje na utopia da famosa água potável. Refiro-me a Água-Izé, Santana e arredores. Eu não sei qual é o esforço que o Sr. Ministro junto ao Governo deve fazer, para fazer com que a água de Água-Izé e Santana se torne uma realidade, o que será uma alegria para todos nós como são-tomenses. Sabemos que água é vida.

Quase que me senti ultrapassado pelo colega Deputado Baltazar, sobre a estrada que liga Água-Izé a Claudino Faro. Eu vi nas GOP, esta lá espelhado, mas eu quero mesmo que isto se concretize. É uma estrada que de facto está a merecer um tratamento. Todos, na campanha, passaram por aquela estrada e viram aquela realidade.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Ossáquio.
Tem a palavra o Sr. Deputado Nito Abreu.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Técnicos, Convidados, muito bom dia.

Eu tomo a palavra para falar sobre uma questão relacionada com a estrada que liga Almeirim, Madre-Deus, passando pela Rocinha Cola. Sr. Ministro, eu penso que é de capital importância haver uma intervenção relativamente àquela estrada, tendo em conta a sua importância, para que as pessoas cheguem sobretudo ao mercado de Bôbô-Fôrro. Quando me refiro a pessoas, estou neste caso a falar das pessoas, sobretudo, da região Sul do País. Não é necessário que cheguem até a Cidade Capital, para depois subirem, podem muito bem chegar no cruzamento de Água-Arroz e terem acesso ao mercado, passando por essa via, e não só.

E também gostaria, não sei se é possível, mas eu vejo que o Orçamento já está fechado, é quase que impossível. Mas que se integrasse no próximo Orçamento a rota que liga Almeirim, passando pela ex-empresa Cerâmica da mesma zona, de Almeirim a Palha. Então, é uma curta distância que até então não teve nenhuma intervenção, pese embora o anterior governo, sobretudo o anterior Primeiro-Ministro, numa das suas inaugurações, ter dito que em 20 dias aquilo estaria terminado. Confesso que até então está num estado, enfim, e é altamente precária a situação das pessoas ali.

Murmúrios.

Vozes do ADI: — Nada, nada? São-tomense é cruel.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Por outro lado, gostaria de chamar a atenção do Governo para haver uma intervenção numa das rotas muito produtivas, que está localizada no Distrito de Cantagalo. Produtiva que refiro é quanto ao produto agrícola. Estou a referir-me às localidades de Pedroma, Clara Dias a Apolónia. Eles produzem muito e não têm como escoar, tendo em conta as condições da estrada. Então, peço que talvez no outro orçamento, ainda que passe ali a máquina, fazendo uma estrada ainda que seja em terra batida, que possa possibilitar essa gente escoar os seus produtos e assim facilitar a vida das pessoas.

Por outro lado, agradeço também ao Governo, por ter visto a construção do liceu de S. Marcos. Espero que isso de facto conheça o seu término.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Nito Abreu.
Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Luís.

O Sr. **Alberto Luís** (ADI): — Sra. Presidente, Caros Colegas Deputados, Membros do Governo, Técnicos da Comunicação Social e da Casa Parlamentar, bom dia.

Não venho mudar nada no Orçamento nem no Programa de Investimento deste Ministério, mas fiz a leitura do Programa de Investimento Público deste Ministério e constatei que há um projecto que já está em curso, que é o projecto de extensão da rede eléctrica, que vai até Porto Alegre, que neste Orçamento não aparece. Eu não sei até que ponto ficou o projecto, fez-se o desmatamento de algumas áreas e tem-se erguido alguns postes. Infelizmente, não aparece neste Orçamento. Gostaria que o Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente pudesse dar-me uma explicação sobre esta questão. Se existe, se não existe, e o que é que aconteceu.

Ainda falando da rede eléctrica, da parte já feita, desviou-se a comunidade de Iô-Grande. Infelizmente, é a única comunidade do Distrito de Caué que não tem energia eléctrica. Todas as outras comunidades, com gerador eléctrico, têm tido energia eléctrica, mas quando se fez a primeira fase desta obra de extensão da rede eléctrica, desviou-se a comunidade de Iô-Grande.

Por isso gostaria, de apelar ao Sr. Ministro no sentido de rever esta questão, que houvesse uma extensão particular para a comunidade de Iô-Grande.

Basicamente é isto que eu tenho de momento como contribuição.

Obrigado.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo.

O Sr. **João Leonardo** (MCI/PS-PUN): — Caras e Caros Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia. Saúdo de igual forma todo o Povo de São Tomé e Príncipe, residentes e na diáspora, e em particular os meus irmãos da Região Autónoma do Príncipe. *Inen minuê bon diáou, nova saudê. Nucha da non...*

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/SD): — Non sá mochi.

O Sr. **João Leonardo** (MCI/PS-PUN): — Sr. Ministro das Infra-estruturas, eu sei que em 6 meses não será possível fazer tudo que está plasmado no orçamento, mas eu peço a palavra para dar a minha contribuição relativamente a uma obra da Região Autónoma do Príncipe, que já vem há quase 20 anos. O governo anterior, quando visitou o Príncipe, disse que realmente ia concretizar aquela obra de cabelo branco, mas a obra deixou de ter cabelo branco. Se calhar, nem tem mais cabelo, ficou careca. Estou a falar da obra de requalificação do Hospital Doutor Manuel Quaresma Dias da Graça. Não sei se tem noção de quanto tempo aquela obra está em curso e que até hoje não ficou concluída.

Sabemos que as necessidades são muitas, realmente dentro do Orçamento do Governo existem várias obras ligadas à Região Autónoma do Príncipe com as quais nos congratulamos, são obras que realmente fazem falta, mas eu gostaria de pedir uma especial atenção a este projecto de acabamento do Hospital Doutor Manuel Quaresma Dias da Graça, porque realmente faz muita falta ao Príncipe. Só o Governo sabe e tem noção de quanto é que gasta em transporte aéreo para a deslocação dos doentes do Príncipe. Por isso é que essa obra, para mim, é uma das prioridades para este orçamento. São 6 meses, portanto, eu acho que se poderia dar um sinal mais claro, para fazer com que essa obra de cabelo branco tenha a sua conclusão.

Um segundo aspecto, Sr. Ministro, na sessão anterior ou há duas sessões atrás, quando estivemos a discutir o OGE na generalidade, eu falei aqui e vou continuar a falar, enquanto não vir a coisa concretizada, da obra da casa dos sinistrados da Ponta do Sol. Eu sei que o processo está a decorrer, eu sei que já existe empresa que vai financiar a obra, mas a minha pergunta é a seguinte: não estando dentro do pacote orçamental, não estando registado ou inscrito no Orçamento, não poderá vir a ter algum problema na execução? Já existe uma empresa identificada que vai financiar a obra, mas eu acho que devia estar inscrita no Orçamento. Perdoe-me se estou enganado, mas esta é uma das preocupações que eu gostaria que realmente o Sr. Ministro me explicasse como é que irá ficar, não estando no Orçamento, tendo em conta que já existe realmente a empresa que vai financiar.

Falou-se aqui muito do GIME, agora só também para ter algum esclarecimento do Sr. Ministro, falou-se aqui de valores vultosos para pagar os GIME. A minha pergunta é a seguinte: tendo em conta que os GIME estão sem salário ou sem receber há, como dizem, 7 ou 9 meses, nós também temos conhecimento de que muitos dos GIME estão parados ou deixaram de trabalhar, porque não tinham salário. A minha preocupação é, como é que será contabilizado, ou como é que será pago o GIME, tendo em conta que não estão a trabalhar? Tendo em conta que as estradas todas estão capoeiradas, os capins entram nas estradas, se falam de 7, 9 meses de pagamento ao GIME, vão pagar o quê?

Portanto, simplesmente para ter alguma noção, alguma explicação desse aspecto, se pararam de trabalhar porque o Governo não pagou ou pararam de trabalhar porque o Governo não está a pagar? Capins estão a entrar nas estradas. Ouvi dizer aqui que vão resolver o problema do pagamento dos GIME. Se eles não estão a trabalhar, como é que os vão pagar? E como é que será feito esse pagamento?

Portanto, são essas contribuições e eu gostaria que o Sr. Ministro me desse algum esclarecimento. Como temos pouco tempo, vou deixar o resto, não sei se ainda dá para os outros colegas Deputados.

Obrigado.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado João Leonardo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros e Sras. Ministras, bom dia.

Eu tomo a palavra para abordar aqui duas questões, uma delas tem a ver com o troço da estrada que liga os Correios da Trindade ao Morro, nesse caso, à residência oficial do Presidente da República. O governo anterior havia lançado esta obra com prazo de 3 meses para a sua conclusão, mas depois de lançar a obra há cerca de 3 anos, não sei se houve alguma confusão aqui em relação ao período, 3 meses para 3 anos, se se quis dizer mesmo 3 anos, mas depois se disse 3 meses, mas eu só sei que a placa que está lá a indicar 3 meses ou estava a indicar 3 meses para conclusão da obra. Acontece porém que aquela obra continua lá, até hoje não se sabe exactamente qual é o destino da obra. Eu não vi cá inscrito no Orçamento Geral do Estado a continuação para a conclusão desta obra, daí que gostaria que o Ministro das Infra-estruturas fizesse o ponto da situação relativamente à mesma. Temos informações que a obra foi

suspensa por falta de pagamento de verba. Houve promessa do governo anterior para o pagamento, não se pagou, então a obra foi suspensa. Por isso, eu gostaria que o Ministro fizesse o ponto da situação relativamente à questão da obra. Enquanto essa obra não for concluída, eu acho que me vai custar estar cá e não falar sobre ela. Durante a legislatura passada, fui falando com frequência dessa obra, porque de facto é inadmissível que um troço de estrada de menos de 1 quilómetro, que dá acesso à residência oficial do Presidente da República, fique tanto tempo sem ser concluída. 3 meses para 3 anos, mas até agora aquilo continua como está.

Outra questão, eu também sei que nós estamos aqui a aprovar um Orçamento para um exercício apenas de 6 meses, não será possível inscrever tudo, lançou-se muitas obras na legislatura passada e muitas pedras, e muitas delas com certeza só foram lançadas mesmo por uma questão de campanha, porque se tinha a noção de que não havia como essas obras serem concluídas.

Outra questão que também deve constituir calcanhar de Aquiles para vários governos desta República tem a ver com o abastecimento de água da Cidade da Trindade e arredores. Eu também tenho falado com muita frequência sobre esta questão, mas até agora infelizmente não há sinais. Eu gostaria que o Governo, pelo menos para o próximo Orçamento, este já não será possível, fizesse um estudo, para nós tentarmos perceber o que é que se passa com o abastecimento de água da Cidade da Trindade. Vem aí a gravana e nós vamos passar por situações extremamente difíceis com relação a este líquido precioso.

Daí que eu gostaria de sugerir que, pelo menos para o próximo Orçamento, se iniciasse um estudo, para nós tentarmos perceber o que fazer para resolver o problema, não para mitigar, mas sim para resolver o problema, porque de facto é lamentável o que se passa com relação ao abastecimento de água na Cidade da Trindade.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António, Líder Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos d' Alva.

O Sr. **José Carlos d' Alva** (ADI): — Sua Excelência Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, bom dia.

Tomo a palavra simplesmente para agradecer o Governo pela preocupação e atenção dada ao Distrito de Lobata, pois vejo no OGE várias obras inscritas e com certo cabimento, pois o Governo teve visão. De facto vão reflectir muito no custo de vida das pessoas. São várias, mas eu vou dar exemplo apenas de uma obra que fará muita diferença na vida das pessoas. Falo sobre a construção da estrada que liga Desejada a Boa Entrada. Essa estrada está intransitável há não sei quanto tempo, pois os anteriores governos esqueceram que ali existe um liceu, que é a Escola Secundária de Desejada, que alberga desde a 5.^a até a 12.^a classe. E ao lado dessa escola também existe um posto sanitário que acode muitos utentes dessa localidade e periferia. E também hoje em dia a população de Boa Entrada faz circuito Desejada quase Monte Macaco, depois para entrar em Boa Entrada, o que encarece muito o custo de vida das populações.

Com essa estrada requalificada, Desejada a Boa Entrada, reduzirá praticamente 50% do custo com táxis, motoqueiros e, conseqüentemente, o custo de vida das pessoas.

Portanto, o Governo está de parabéns, tem visão e que continue assim.

Outra questão que eu vejo também é a estrada que liga a Estrada Nacional n.º 1, que o Governo inclui também, que fará uma estrada que liga a Estrada Nacional n.º 1 a Satón. Nós do Norte já não teremos aquela preocupação de vir até a Capital depois subir ao Aeroporto. Certamente o Governo tem estado a jogar aqui com a construção, infra-estrutura e custo de vida das pessoas, dentre outras coisa, porque são várias e os lobatos agradecem o Governo pela atenção dada. Sobretudo vem de acordo ao orçamento do cidadão, que é um orçamento do cidadão, com o cidadão e para o cidadão.

Realmente o Distrito de Lobata ainda carece de muito mais, mas tendo em conta que este Orçamento é apenas para 6 meses e no próximo exercício teremos necessidade de muitas outras coisas, nomeadamente a estrada que se iniciou e não se terminou, que liga a Escola Primária de Santo Amaro ao Cemitério, que ficou no meio. Sabemos que qualquer um de nós terá que passar por lá um dia, portanto, eu peço que no próximo exercício se inclua isso e também se inclua o abastecimento de água de Conde e algumas infra-estruturas destas localidades, sobretudo Conde.

Outra questão, há várias obras que o Governo elencou no Ministério das Obras Públicas, as estradas de Água Sampaio, Santa Clara, Santa Luzia, isso tudo conjugará com o bolso do pessoal e fará os agricultores produzirem mais e diminuir o custo dos produtos ao consumidor final.

E também está inscrito a requalificação da estrada de Praia das Conchas e Praia Guegue. São várias obras que o Governo, ao inscrever no Orçamento do Estado, pensou muito no bolso das pessoas, tendo em conta que hoje em dia tudo está a ficar caro e essas obras têm um reflexo no bolso das pessoas.

Fico por aqui, depois voltarei.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José Carlos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, bom dia.

Sra. Presidente, eu tenho várias preocupações, mas uma em particular. Em 2021, no período pré-eleitoral das eleições presidenciais, fez-se uma desastrosa intervenção, refiro-me ao Lucumi. Fez-se um trabalho de terraplanagem no sentido de reabilitar a estrada, mas até hoje a estrada de Lucumi e alguns arruamentos de Riboque da Cidade Capital ficaram muito degradados. Eu vejo que está cá inscrito, no entanto, a localidade de Lucumi, salvo erro no próximo mês, irá ter a sua festa da padroeira local. Gostaria que o Governo fizesse uma intervenção nos próximos tempos, no sentido de minimizar os estragos que se fez naquela estrada.

Felizmente, durante o período da campanha eleitoral, estamos sempre no terreno e em contacto com a população. Em algumas roças, mais concretamente na localidade de Mato Cana, o sistema de captação da água é muito deficiente. Eu constatei que a estrada para aquele corredor de Mato Cana, Anselmo, Claudino e Bernardo Faro está inscrita, no entanto, eu tenho uma preocupação, pois não vejo aqui o sistema de captação e distribuição de água para essas localidades.

Portanto, eu gostaria que o Sr. Ministro nos elucidasse sobre estas questões.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Pedro Carvalho.

Tendo em conta as intervenções havidas, estamos a solicitar ao Sr. Ministro que depois da intervenção da Sra. Deputada Beatriz Azevedo faça uso da palavra, pese embora não tenha havido propostas concretas de alteração.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo e Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Membros da Mesa, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Deputados, Srs. Técnicos, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Desde já, gostaria de desejar uma santa Sexta-feira para todos.

Eu tomo a palavra para juntar a minha voz à dos Deputados dos distritos que me antecederam, mas trago duas situações concretas e de carácter urgente, que é o sinal da TVS que, ao longo desses dias todos que nós estamos aqui, se forem ao Distrito de Caué e se fizerem perguntas à população sobre essas reuniões plenárias, quase que ninguém saberá responder o que aqui foi discutido e analisado, algumas situações que afectam essa população.

Sabendo que o direito a informação está na Constituição da República, venho aqui na qualidade de defensora do povo pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, juntamente com o Ministro das Infra-estruturas e das Finanças, para verem se conseguem resolver o problema da antena que está situada na Roça Soledade. Como sabem, essa antena foi montada lá e há um gerador que a sustenta. Sendo um gerador, sabemos os custos com o combustível. Às vezes, digo às vezes, porque nem sempre o sinal entra no ar por falta de combustível, o sinal só entra no ar a partir das 18 horas e termina às 22 horas.

Entrando no ar das 18 horas às 22 horas, é um bocado complicado, porque depois do telejornal tem havido o Programa Destaque que mostra algumas intervenções, mas nesse período já não temos mais nada. É uma situação que vem há vários anos, mas vários anos mesmo, e até hoje estamos nessa

situação. Trago uma proposta, mas não sei, porque não gosto de mexer com o dinheiro dos outros. A proposta que trago é para ver se conseguem instalar um painel solar, caso não consigam fazer ligação através do poste de energia que sai de Angolares para a Roça Soledade. Tendo um painel solar, acho que iria minimizar, ou seja, a despesa seria menos, em comparação com aquilo que se gasta com o combustível para o gerador.

Gostaria de pedir tempo, mais uma vez, para fechar mais um ponto que tenho.

O segundo ponto que gostaria de trazer aqui, que não vi no OGE, é a conclusão da estrada que liga o cruzamento da Roça S. João ao nosso Cemitério. A estrada está naquela situação há vários anos. Começou-se a obra, mas como já é hábito no nosso país, inicia-se as obras e não se conclui. Não há fiscalização, não há balanço, não há nada e aquilo fica, vamos falando, entra de um lado e sai do outro, por isso quero aqui apelar.

Na outra legislatura, não falei da situação da estrada que liga o cruzamento da Roça São João ao Cemitério, porque tínhamos no Distrito a direcção cessante, que trabalhou junto com o anterior governo. Como Deputada com 2 minutos e como havia muitos outros deputados nesta Casa Parlamentar, porque há um ditado que diz que quando temos padrinho e madrinha na cozinha devemos saber aproveitar, enquanto os padrinhos e madrinhas, mães, pais estão lá, tirar proveito daquilo que é, até passarmos para a situação diferente. Mas isso não foi feito.

É pena que o Orçamento é para 6 meses, mas se puder fazer alguma coisa por aquela estrada seria bom, porque já sofremos enquanto vivemos e não é bom continuarmos a sofrer depois de morto, por causa do balanço que temos que tomar dentro do caixão, até chegar ao destino.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Aplausos do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Já não temos mais inscritos, por isso, convido o Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, para fazer uso da palavra.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente** (Adelino Cardoso): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Venho cá para responder algumas questões levantadas pelas Sras. e Srs. Deputados. As questões são tantas, mas reparei que só estão a falar de estrada, água e energia. Portanto, o Ministério tem outras vertentes, não só água, estrada e energia.

Tomei muito boa nota do que apresentaram e vou precisamente responder a essas questões. Vou começar pelas questões levantadas pelo Sr. Deputado Laudino, que falou sobre a estrada de Messias Alves, água de Santana, escola de Mestre António, estrada do Sul e a Estrada Nacional n.º 2.

Relativamente a água de Santana, realmente sofreu um pouco de atraso devido a alguns sistemas de pagamento. O sistema de abastecimento de água é financiado pelo BADEA, portanto, sofreu alguns atrasos nos pagamentos, mas contamos que até Dezembro, segundo o novo cronograma apresentado pela Empresa, teremos a inauguração do sistema de abastecimento de água. A população de Santana até Voz d' América terá água até o mês de Dezembro.

Relativamente à estrada de Messias Alves, realmente está contemplada. No orçamento participativo que fizemos, visitamos a estrada e está inscrita no Orçamento. Esperemos que nesses 6 meses que temos para a execução do Orçamento, faremos essa estrada. Está inscrita e vamos cumprir, porque prometemos, somos a solução e vamos resolver o problema.

Falando da Estrada Nacional n.º 2, que liga Ribeira Peixe a Porto Alegre, já existe um contrato em curso. O contrato foi adjudicado à Empresa CONSTROMÉ, mas está parado logicamente por falta de pagamento. Contratou-se a empresa, mas infelizmente o montante que se deveria alocar para a construção da estrada não foi. Neste caso, estamos a falar dos 30% de avanço que se deveria dar à Empresa. Alocou-se somente 8% para a construção da estrada. Logicamente, com 8% do montante do valor da obra, a empresa não podia efectivamente seguir as obras. As obras estão suspensas, aguardando realmente que haja algum financiamento para continuar a execução. Nisso estamos apostados, vamos dar continuidade ao contrato e vamos construir a estrada que liga Ribeira Peixe a Porto Alegre.

O Sr. Deputado Baltazar levantou a questão da estrada de Claudino Faro, Mato Cana a Água Izé. Realmente já está inscrita no Orçamento, porque a ideia do Governo é ligar a Estrada Nacional n.º 3 à

Estrada Nacional n.º 2. O troço não é só Claudino Faro/Mato Cana, mas sim, parte de Milagrosa a Água Izé. Vamos fazer o corredor desde Milagrosa até Água Izé. Sabemos que esse troço abastece muito o nosso mercado com banana e matabala. A ideia do Governo é precisamente a evacuação de pessoas e bens e vamos precisamente fazer o troço que liga Milagrosa a Água Izé. O troço vai de Milagrosa, Bombaim, Claudino Faro, Bernardo Faro, todo esse corredor até Água Izé.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A outra questão que levanta sobre a água realmente no meio rural, no orçamento participativo que fizemos percorremos toda a zona Sul, e o que reparamos? O problema não é falta de água, é a qualidade da água. Existe água em quantidade, inclusive vemos que há perdas enormes de água, mas o grande problema é o tratamento. É justamente sobre isso que nos vamos debruçar, ver se a população do meio rural consegue efectivamente consumir água potável. Estamos apostados em criar o sistema de tratamento de água potável, precisamente para comunidade e vamos dar às comunidades rurais o direito de consumir a água potável.

O Sr. Deputado Baltazar levantou também a questão do liceu de Caué. Efectivamente esse liceu foi lançado na perspectiva de um liceu, e financiado pelo OGE. Sabemos as dificuldades que havia, não se conseguiu continuar os trabalhos, e a perspectiva do Governo é precisamente o liceu passar a ser um liceu profissional. Significa dizer que vamos alterar o sistema arquitectónico do liceu, vai passar a ser um liceu profissional, onde vamos formar profissionais em várias áreas como construção civil, electricidade e todas as áreas que possam ser úteis para o País. O que reparamos? Realmente há um défice enorme de formações técnicas no País. Temos universidades, mas só temos a Escola Técnica de Bubu-Bubu, que forma muito poucos técnicos profissionais.

A ideia do Governo é precisamente elevar o liceu de Caué a um liceu profissional. Há uma fonte de financiamento, estamos a negociar com o Fundo Saudita, que vai precisamente financiar-nos a construção do liceu. Portanto, desta parte, Sr. Deputado, está garantido que vamos transformar o liceu de Caué num liceu profissional.

O Sr. Deputado Eldimiro levantou a questão sobre a ponte do Rio Lembá. A empresa já está contratada, já começou a fazer estudos e consultoria, teremos por volta de 45 dias para a empresa apresentar um estudo sobre o Rio Lembá e, conseqüentemente, vamos lançar concurso para execução. O financiamento está garantido, é financiamento do Banco Mundial. Possivelmente, se as coisas correrem bem como pensamos, estamos a pressionar o gabinete que está a fazer o estudo, este ano lançaremos a primeira pedra para a construção da ponte sobre o Rio Lembá.

O Deputado também levantou a questão da Estrada Nacional n.º 1, que é o troço que vai de Guadalupe a Neves. Tivemos recentemente a visita de uma delegação de alto nível do Banco Mundial, falamos sobre este troço de estrada e está garantido o financiamento, precisamente para fazermos a segunda fase do troço de estrada que liga Guadalupe a Neves. Mas a nossa ambição não é só chegar a Neves. A nossa ambição é chegar até Santa Catarina. Daí que alertamos o nosso parceiro Banco Mundial, que está disposto a apoiar-nos numa terceira fase, para que saíamos de Neves até Santa Catarina. Uma vez que já vamos ter a ponte sobre o Rio Lembá em construção, o troço de estrada vai chegar precisamente a Santa Catarina.

O Sr. Deputado falou também sobre o sistema de água potável que as enxurradas destruíram. Fizemos a visita efectivamente, estamos a encetar contactos com o BADEA, precisamente para a reposição da estação de tratamento de água. A enxurrada levou todo o sistema de abastecimento de água. Já fizemos um apanhado orçamental, ronda por volta de 4 a 5 milhões de dólares, estamos a negociar com o BADEA na possibilidade de conseguirmos reabilitar o sistema de abastecimento de água que foi levado pelas enxurradas.

O Sr. Deputado Ossáquio levantou a questão do troço de estrada que liga o Plano de Água Izé. Tomamos muito boa nota, realmente não inscrevemos esse troço de estrada, mas como pode compreender são 6 meses de execução orçamental. Certamente iremos inscrever esse troço de estrada no próximo Orçamento. Visitamos o Plano de Água Izé, vimos as condições em que se encontra o troço de estrada e estamos disponíveis efectivamente em inscrevermos a reabilitação desse troço de estrada no próximo Orçamento.

O Sr. Deputado Nito Abreu levantou a questão da estrada de Almeirim/Madre-Deus. Já existe um contrato para essa estrada, infelizmente a obra está parada, porque o montante que foi avançado à

empresa não justifica. É muito diminuto para as obras que a empresa tem a fazer. Há uma continuidade de Estado, inscrevemos, a estrada está no Orçamento e vamos dar continuidade à construção dessa estrada que liga Madre-Deus a Almeirim.

O Sr. Deputado Alberto Luís levantou a questão sobre a rede eléctrica para a zona Sul. Esse processo parou devido ao pagamento. Na altura, a EMAE celebrou um contrato com a Empresa Cunha Soares, para a execução da rede e para ser financiada pela Empresa Petrolífera Shell, mas a Shell não foi contactada a tempo no momento do concurso. Daí que a EMAE, mediante os seus esforços financeiros, pagou um terço do valor total da obra. A obra custava por volta de 3 milhões de dólares, portanto, a EMAE na altura pagou 1 milhão de dólares, mas não foi suficiente para continuar a obra. A Shell pediu efectivamente para ser feita uma auditoria técnica ao projecto e um estudo de impacto ambiental que não existia. O processo já está muito avançado, já se lançou concurso para a empresa realizar o estudo de impacto ambiental. Acreditamos que pelo menos dentro de 30 ou 45 dias já teremos o estudo do impacto ambiental e a Shell comprometeu-se em financiar os 2 milhões que faltam para o término dos trabalhos.

Portanto, a rede para o Sul está a cargo da Shell, que se comprometeu em financiar, e em pouco tempo teremos a rede que irá fazer a ligação entre Angolares e Porto Alegre.

O Sr. Deputado Leonardo levantou a questão da obra de requalificação do Hospital. A obra de requalificação do Hospital está inscrita, no orçamento da Região Autónoma do Príncipe está, não sei se viu. Fizemos a visita ao Hospital, vimos as condições realmente em que está. Se o Deputado diz que a obra tem careca, realmente tem careca, porque começou, se a memória não me falha, desde 2014 ou 2013...

O Sr. **João Leonardo** (MCI/PS-PUN): — Desde 2008.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente**: — ...olha, 2008, já não é cabelo branco.

Realmente inscrevemos, fizemos visita, tomamos muitas vezes aproveitamos o GIME para fazer política, porque são classes muito contacto com tudo quanto existe, está inscrita e significa dizer que nos próximos 6 meses teremos execução orçamental, vamos executar os trabalhos.

Também levantou a questão do GIME. Sei que vulneráveis, mas temos que fazer alguma reflexão sobre os GIME.

É certo que quando o GIME começou, teve o financiamento da União Europeia. A União Europeia suportou durante algum tempo o GIME, mas na expectativa de anualmente ir diminuindo o financiamento, para que o Estado pudesse encontrar formas para financiar a outra parte. Andamos muitas vezes a deixar pendente a questão do GIME, hoje temos uma dívida de 8 meses. Quando entramos na governação, encontramos o GIME com algum atraso e pagamos 4 meses. Neste momento, temos 8 meses em atraso com os GIME. Efectivamente temos que cumprir, é uma classe vulnerável, estamos a falar de cerca de 1 200 pessoas. Portanto, 1 200 famílias, multiplicando por quatro ou cinco cada família, vejam quanto podemos fazer pelos GIME.

Mas a questão dos GIME não passa só pelo pagamento. A questão do GIME vai pelo processo organizacional, porquê? O que temos reparado? O GIME efectivamente, trabalhando ou não, chega no final do mês, temos que pagar. Então temos que olhar para os GIME, organizá-los e ver efectivamente os troços que são feitos e a manutenção. Esses cantoneiros terão direito a receber a sua compensação financeira, mas os troços que não são trabalhados, não se pode estar a pagar, porque assumimos um compromisso e não podemos estar a deixar que quem trabalha ou não esteja a receber o dinheiro. Isso passa por um processo de organização. Aliás, o próprio Instituto de Estrada tem que se equipar, em termos de sistema de fiscalização. Sabemos que os fiscais carecem de meios rolantes para fazerem as visitas. Já estamos a negociar com um parceiro que vai fornecer motorizadas aos fiscais, para que possam precisamente fazer toda essa fiscalização, para saber efectivamente quem devemos pagar e quem não devemos.

Ontem, salvo erro, a Sra. Deputada Beatriz levantou a questão de levarmos os GIME às Câmaras. Quero dizer à Sra. Deputada, que o GIME é um sistema muitíssimo bem estruturado. Tirar agora e levá-lo à Câmara, acho que temos que ver ainda as hipóteses possíveis, equacionar como podemos, porque é uma estrutura que para se adaptar às Câmaras, é preciso que se faça um estudo primeiro. O GIME tem uma estrutura formada por alguns Consultores da União Europeia e para passar directamente ao controlo das Câmaras, acho que temos que fazer algumas discussões, tanto a nível das Câmaras como ao nível dos gestores próprios do GIME, que têm que ver como poderá ser compatível unir os cantoneiros às Câmaras. Sabemos que as Câmaras também têm cantoneiros, mas os cantoneiros das Câmaras só têm

responsabilidade na zona de jurisdição urbana e dificilmente conseguiremos fazer com que os GIME que estão nos outros locais na manutenção de estradas se unam aos cantoneiros das Câmaras.

Vamos realmente fazer uma reflexão sobre a união dos GIME aos cantoneiros das Câmaras, para ver em que medida conseguimos mitigar o problema de manutenção de estrada, porque um dos grandes problemas que temos com a deterioração das estradas no nosso país é precisamente a manutenção. Não só de estradas, tudo aquilo que fazemos, se não fizermos a manutenção, não conseguimos fazer com que as coisas tenham durabilidade.

O Sr. Deputado José António levantou a questão da estrada do Morro. Efectivamente essa estrada não está inscrita no Orçamento, mas faz parte do pacote que vamos reabilitar, o acesso ao Palácio Presidencial, no âmbito da Cimeira da CPLP que São Tomé e Príncipe vai ser anfitrião. Porque Sua Excelência o Presidente da República tem lá moradia e vamos reabilitar a estrada que liga os Correios ao Morro da Trindade. Já existe um contrato com a Empresa CONSTEP, que suspendeu os trabalhos também por falta de pagamento. Já negociamos com ela, brevemente irá retomar os trabalhos para fazer a reabilitação desse troço de estrada.

Falou-se também de água para a Cidade da Trindade. Temos que reforçar, porque efectivamente a anterior canalização vinha de Nova Moca. Nesse sistema de captação e distribuição de água há muita perda e já não abastece a Cidade da Trindade. Qual é a ideia? Temos o sistema de Milagrosa, vamos pegar neste sistema e reforçar com algum depósito na Zona de Piedade, para ver se a população da Trindade consegue usufruir desse líquido precioso que é a água potável.

A Sra. Deputada Beatriz falou também do sinal da TVS. Estivemos no terreno, vimos que a nossa população reclamava realmente que não tinha o sinal da TVS. Depois tive variadíssimas reuniões com o Presidente da Câmara. A questão que se põe é que existe um gerador efectivamente que é abastecido com gasóleo e esse gasóleo muitas vezes é desviado, sabemos disso. E estamos a ver o sistema de colocar painéis solares. O Sr. Presidente da Câmara está muito bem informado sobre isso. Vamos colocar painéis solares, de maneira que a antena funcione e haja sinal da TVS para a região Sul do País.

Falou-se também da estrada que liga ao Cemitério de Angolares. Realmente aquilo que a Sra. Deputada disse, o morto quando é levado ao cemitério merece ir em tranquilidade. Estamos susceptíveis a isso, essa estrada do Cemitério começou com o GIME, já há algum tempo, não terminou, mas tomamos boa nota e algum remanescente que tivermos nos outros projectos vamos aplicar, porque realmente temos que fazer a estrada que dá acesso ao Cemitério de Angolares. Não é um troço muito extenso, acho que nem chega a 1 quilómetro. Eu pessoalmente já visitei o local e sei que facilmente, em calçada, conseguimos fazer essa estrada.

Portanto, é tudo quanto eu pude responder da solicitação dos Deputados, caso haja alguma coisa eu estou disponível para responder.

Uma voz: — Lucumi!

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente:** — Ah, Lucumi! O Sr. Deputado Pedro realmente levantou a questão de Lucumi. Lucumi é um troço de estrada cuja empresa contratante é a Socobrise. Contratou-se, mas se viu que a Socobrise está numa falência técnica e financeira, o que fez com que não pudesse continuar a realizar os trabalhos de reabilitação de estradas. Está inscrito no Orçamento. Como há um pedido do Deputado, que a festa de Lucumi é precisamente nos próximos dias, assim que nós tivermos o Orçamento, o instrumento legal, vamos precisamente ver duas questões: a primeira é que temos que pensar como negociar com a empresa, ver se ela é capaz precisamente de continuar. Se não, temos que partir da hipótese de rescisão do contrato e adjudicar o contrato a uma outra empresa que tenha capacidade técnica e financeira para a execução desses trabalhos.

Aplausos do ADI.

Uma voz do ADI: — Muito bem.

A Sra. **Presidente:** — Eu não sei, mas queria sugerir que fizessem intervenções nos respectivos lugares, se é que algo ficou por esclarecer, e o Sr. Ministro não precisava voltar para o seu lugar.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente**: — Sim, sim, se algo ficou por esclarecer, estou cá precisamente para esclarecer.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo.

O Sr. **João Leonardo** (MCI/PS-PUN): — Eu coloquei três questões, há uma que ficou por responder, que é a questão das casas dos sinistrados de Ponta do Sol, que não estão inscritas no Orçamento. Eu sei que já existe o projecto, já existe uma empresa petrolífera que vai financiar, mas não sei como é que se vai executar, sem estar inscrito no Orçamento.

Obrigado.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente**: — Muito bem, Sr. Deputado. Portanto, por um lapso, não me referi às obras de Ponta do Sol, mas as obras estão a cargo da Empresa Petrolífera TOTAL. Essa empresa esteve cá connosco na semana passada, já recolheu os dados todos do projecto fornecido pelo Governo da Região Autónoma do Príncipe, o projecto já está nas mãos da empresa, mas como pode perceber, por critérios das empresas petrolíferas, elas é que lançam o concurso e fazem a adjudicação. Inclusive já teve contacto com as empresas da Região Autónoma do Príncipe, portanto, já reuniram todos os elementos, o contrato não é público, é um contrato por convites, reuniram com as empresas da Região Autónoma do Príncipe, levaram todo dossiê e nós acreditamos que brevemente já terão a solução para os sinistrados de Ponta do Sol. Mas é bom reparar o seguinte: quando esse projecto começou, estava previsto construir-se nove casas. Foi engajado a UN-Habitat para fazer a contratação, a gestão e o seguimento das obras. Mas nós reparamos que a UN-Habitat, só pela gestão do projecto, levaria 40% do montante disponível. Daí que o Ministério, reparando neste facto e constatando que o beneficiário só levaria 60%, resolveu suspender a assistência técnica que íamos dar à UN-Habitat e resolvemos negociar directamente com a TOTAL.

Portanto, estamos a falar de nove casas que podiam ser construídas, mas agora vamos construir 18 casas. Duplicamos o valor, as casas serão geminadas, portanto, haverá nove casas, mas nove casas geminadas. Que dizer que Ponta do Sol vai beneficiar de 18 casas, não de 13 casas, como havia sido posto no projecto da UN-Habitat.

Voz do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — *Inen ska golo djêlu kume.*

A Sra. **Presidente**: — Sr. Ministro, obrigada pelos esclarecimentos.

Estava a fazer sinal o Vice-Presidente da Assembleia, que vai intervir nos mesmos moldes do Sr. Deputado.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros.

Ouvi atentamente a explicação do Ministro, concernente ao abastecimento de água potável à Cidade da Trindade e arredores, mas a situação não está resolvida, sei, aliás eu vivo na zona. A minha residência está implantada no terreno de Santi, e há um ramal de facto que sai do centro de tratamento de águas de Cangá para o depósito em Piedade, mas isto não tem resolvido, inclusive a população de Ubá-Budo e Ubá-Flor não têm água potável, bebem uma água da fonte que é da era colonial e que não é tratada.

Sobre a intervenção do Sr. Deputado José António, estamos a pedir ao Governo, é verdade que neste Orçamento não inclui, mas que no próximo Orçamento é necessário que haja um estudo, um levantamento, porque o projecto de abastecimento de água data de 1988, creio eu, 87, 88, com a empresa Ramalho Rosa. O equipamento que foi usado na altura, eu penso que nos dias de hoje já não é conveniente, e há muita perda de água. Eu penso que deve estar tudo galvanizado e enferrujado.

Portanto, nós insistimos, Sr. Ministro, a situação não está resolvida, e é necessário que haja um estudo para fazer o levantamento. Não estamos a falar apenas da Cidade da Trindade, é a Cidade da Trindade e arredores. A situação da água é crítica.

Obrigado.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente**: — Obrigado, Sr. Vice-Presidente da Assembleia Nacional.

Como disse e bem, o problema da água da Cidade da Trindade é precisamente a perda que nós temos no velho sistema. Portanto, o sistema de Milagrosa está preparado para abastecimento, segundo o projecto, de 200 000 pessoas. Portanto, veja só a quantidade, é toda população de São Tomé e Príncipe. É questão de gestão. Nós temos que encontrar uma forma de reforçar o depósito que existe em Piedade. Repare, vem uma parte que passa de Santi, mas não foi construído efectivamente um depósito para Piedade, que pudesse reforçar a zona da Trindade. Já falamos disso variadíssimas vezes, enquanto construíamos o sistema de água de Cangá/Milagrosa, e eu estou em crer que os estudos vão indicar precisamente para nós reforçarmos o depósito de Piedade. Reforçando o depósito de Piedade, realmente nós conseguiremos abastecer toda zona da Trindade e arredores de água. Então, *a montante*, de Nova Moca a Piedade, nós procuraríamos forma precisamente de mudar a velha canalização, ver que a população de Piedade até Batepá e mais em cima pudesse ter acesso ao abastecimento de água.

Não sei se esclareci, Sr. Vice-Presidente. Se tiver alguma outra questão estou cá para responder.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro, pelos esclarecimentos prestados. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré (BASTA)**: — Sra. Presidente, bom dia a todos, respeitando a devida precedência protocolar.

O tempo é pouco, por isso a minha intervenção de hoje não é para trazer uma proposta que mexe muito com valores, porque o que eu gostaria de dizer é algo que se pode fazer sem tocar muito na questão de dinheiro, questão financeira. E é uma preocupação como cidadão, como representante do povo, como são-tomense. Não podemos apenas falar e as palavras não estarem em concordância com as acções.

Eu falo de um problema que nós temos, tendo em conta que estamos a falar do Ministério das Infra-estruturas, que entra na questão dos recursos naturais, dos inertes, Sr. Ministro, entra na questão ambiental, também é do seu ministério, que é o que está a acontecer aos olhos de todos, todos os membros do Governo, da Assembleia, do Presidente da República, porque toda gente passa por lá para ir ao Aeroporto. Aquilo que está a acontecer na zona de Saton, Praia Francesa, temos que fazer qualquer coisa enquanto país, e quem tem que fazer é quem é Governo. Se o outro não fez, não fez! Esse que está tem que olhar para aquilo. Eu passo por lá, a Sra. Ministra da Justiça vive lá, minha vizinha, passa por lá, muita gente passa por lá para ir ao Aeroporto. Aquilo está demais, tem-se que intervir. Os buracos já contornaram a casa onde vive o Sr. Oscarito, ex-Ministro da Defesa, já está quase a chegar a estrada.

Por isso, eu gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro das Infra-estruturas, Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, se tiverem 10, 15, 20 minutos depois desta sessão, peguem nos carros com os seguranças, com tudo, vão, não é preciso entrar, parem só à frente da estrada, desçam e olhem aquilo que lá está. Mas é verdade que isso já é antigo, de vários governos. Agora, porque é uma questão de saúde também, é a saúde pública que está em causa, aquilo são buracões, minha gente, está verde, aquilo é um garimpo. O pessoal mergulha com pá, a cabeça entra na água verde, saúde pública, quando levanta, levanta com pá de areia. Eu não estou a dramatizar, é o que acontece.

Agora, eu trago uma proposta. Lá tem jovens que também têm famílias, são muitos jovens que vivem lá. Jovens maioritariamente que votam para partido A, partido B, e eu sei e vivo lá, passo por lá. Temos que resolver o problema também dessa juventude, e eu trago uma proposta para o Governo. Eles têm vocação para obras, porque esses que trabalham com pá, com areia, fazem blocos, então, através do Ministério da Juventude, Instituto da Juventude, ajudem-nos a criar uma associação de jovens moradores, comprem-lhes uma máquina de fazer blocos, arranjam-lhes um terreno ao lado da pedreira, onde estão os chineses, para eles fazerem blocos. Temos que lhes dar também uma solução para a vida deles. São chefes de família, têm famílias, são filhos e netos de pessoas que trabalharam muitos anos na empresa Bela Vista, e é muita gente lá que vive disso.

Vão lá, reúnam-se com eles, associação, com saúde, expliquem-lhes, ajudem-nos também. Eles precisam de ajuda. Governo não pode montar empresa, não é vocação do Governo criar empresa, mas ajudem-nos a entrar numa associação ou cooperativa, alguma coisa que dê emprego, dê solução àquela gente. Aquela população precisa de apoio.

Vem aí a obra da Marginal, fala-se, e espero que venha mesmo. Falem com as empresas, ou a empresa que vai ganhar a obra, para pelo menos contratar aqueles rapazes, aquela população, para trabalhar nessas empresas também, porque eles têm vocação para obras, mas aquilo como está não pode continuar.

Eu tenho informações de que o cercado da casa de um residente está a cair. Não sei se é verdade ou não, e a pessoa foi ter com o Sr. Ministro de Defesa e Ordem Interna, não sei se é verdade, pelo menos informações que me chegaram, para o ajudar. O cidadão está aflito, a precisar de ajuda, o seu cercado está a cair, e o Sr. Ministro disse que, «*esse problema pá, esse problema pá, esse problema pá.*» Esse problema, temos que agir, temos que agir.

Tem um outro senhor que tem sua empresa, que é o senhor Tiny, a parte de trás tem uma oficina. O cercado já caiu. Quem passa de lá vê todos os carros da oficina. É uma oficina fechada, mas quem passa por lá vê todos os carros da oficina. Estão lá, o cercado do senhor caiu, e o Governo tem que ajudar essas pessoas. E ajudar é tomar medidas. Tomar medida não é bater pessoa, nem prender pessoa, não é isso. Sentar lá, conversar e resolver esse problema. Tem que ser resolvido, Sr. Ministro.

Depois falamos que o paludismo está aumentar, depois falamos de erradicação do paludismo, 2026, depois falamos com GAVI para dar mais dinheiro. Sinceramente, nós estamos muito mal, mas nós todos temos que reconhecer que nós falhamos colectivamente. Porque enquanto não reconhecermos que falhamos colectivamente, não vamos ter atitude para corrigir aquilo que todos nós fizemos.

Qual é meu tempo?

A Sra. **Presidente**: — Já acabou.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Já acabou. Então muito obrigado pela atenção, mas acho que se deve dar uma atenção àquela população, dar-lhes condições, arranjar-lhes emprego, arranjar uma forma de investimento para eles, mas conversando com eles, explicando que a própria vida deles está em causa, e eu acho que para tudo isso se pode encontrar uma solução.

Eu até pensei que estão a deixar mesmo, para aquela casa cair, aqueles coqueiros todos bonitos que estão lá caírem ou que é por causa da requalificação da Marginal. Vem aí o projecto de requalificação da Marginal, mas eu acho que não, porque acho que a requalificação da Marginal não vai chegar lá atrás.

Por isso, essa é minha proposta para os membros do Governo, pelo menos dois ou três pegarem no carro e irem lá. Vão lá ver aquilo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Como ouvimos, não é uma questão propriamente do orçamento do Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, é uma questão mais geral, todavia, solicito ao Governo, se alguém quiserá comentar ou abordar alguma situação à volta das preocupações do Deputado Levy Nazaré. Se não, vamos continuar, não temos mais inscritos, o Governo tomou boa nota das intervenções havidas cá, vamos dar como discutido e analisado o orçamento do Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Passemos agora ao último Ministério, o Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Está aberta a discussão para o orçamento do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Não há inscritos, vamos avançar.

Assim sendo, concluímos a discussão na especialidade desses dois importantes instrumentos para o Governo, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado.

Vamos agora submeter à votação na especialidade esses dois instrumentos, começando pelas Grandes Opções do Plano.

O Secretário está a solicitar se normalmente quem vota não são só os Deputados da 2.^a Comissão. Não, seriam apenas os Deputados da 2.^a Comissão, caso fosse numa reunião da 2.^a Comissão. Estando em Plenário, votamos todos.

Esperemos que ninguém saia nem entre agora, para nós procedermos à votação na especialidade.

Estamos a confirmar a presença das Sras. e Srs. Deputados na Sala, porque vamos submeter à votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado.

Passemos à votação da Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2023. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, sendo 29 do ADI, 5 do MCI/PS-PUN, 16 votos contra do MLSTP/PSD e 2 abstenções do BASTA.

Portanto, está aprovado o Preâmbulo.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Vamos passar para o artigo 1.º. Objecto.

A pessoa que completa 17 entrou depois de nós confirmarmos e começarmos a votar. Se entrou depois, não conta. Não pode. Nós já tínhamos feito a contagem, eram 16. Se entrou 1 depois, o elemento que entrou depois não pode votar. Está a decorrer a votação, a pessoa que entrou depois, tenha paciência, mas não vai poder votar.

Vamos avançar.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções.

Portanto, está aprovado o artigo 1.º.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Artigo 2.º. Organização da Acção Governativa.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções.

Portanto, está aprovado o artigo 2.º.

Artigo 3.º. Grandes Opções do Plano.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções.

Portanto, está aprovado o artigo 3.º.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Artigo 4.º. Medidas, Acções e Projectos Orçamentais.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 16 e 2 abstenções.

Portanto, está aprovado o artigo 4.º.

Artigo 5.º. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções.

Portanto, está aprovado o artigo 5.º.

Aplausos do ADI e do MCIPS-PUN.

Artigo 6.º. Entrada em Vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Como o Movimento BASTA não tem uma bancada parlamentar, a declaração de voto na votação final global só cabe as bancadas parlamentares e é por isso não podendo fazer naquele momento pedi para ser depois da votação na especialidade. É para dirigir-me ao povo de São Tomé e Príncipe em nome do Movimento BASTA e dizer que responsabilmente nós acompanhamos todos os trabalhos desses dois grandes instrumentos para a governação do País. Participamos na medida do possível, por causa do tempo limitado que temos e por termos dois Deputados. Esperemos que como já disse ontem, que depois das próximas eleições possamos ter mais tempo para isso e seria necessário mais deputados para o Movimento BASTA e para continuarmos a contribuir para o povo de São Tomé e Príncipe.

A decisão de termos votado abstenção é exactamente porque consideramos que esses instrumentos são muito importantes para a vida da Nação. Agora, nós nos assumimos como um Partido da oposição e somos. Assim vamos ser nos próximos 3 anos e meio. Mas um Partido da oposição responsável, um Partido da oposição com contributos, um Partido da oposição com propostas, um Partido da oposição vigilante, um Partido da oposição para defender o povo de São Tomé e Príncipe, que nos elegeram em seu nome para fazermos o nosso trabalho.

Para terminar, um conselho ao Governo, um pedido, posso fazê-lo. Com esse instrumento depois de aprovação, tem maioria absoluta logo é óbvio que o documento vai passar, que muitas desculpas já não poderão existir para a resolução dos grandes problemas que enfermam o País. E aconselharia também aos Srs. Ministros no uso da palavra, isso é um conselho, se quiserem seguir seguem, se não quiserem também não faz mal, o povo está escutando. Para evitar de falar que a culpa é do ex-ministro tal, é do ex-primeiro-ministro ou do governo anterior. Parar com isso, porque o povo já sancionou o governo passado nas urnas, politicamente. O povo já tomou a sua decisão política de sancionar o governo anterior, porque houve uma proposta que o povo acreditou. Povo validou. Então, o que pedimos é que o Governo faça o seu papel, o seu trabalho, que é governar. Resolver o problema da população e a oposição que faça o seu papel de ser oposição, ser vigilante, fiscalizar a acção do Governo.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sr. Deputado Levy Nazaré pela declaração de voto. Passamos à votação final global das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2023.

Continuando, vamos submeter à votação final global as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2023.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, sendo 29 votos do ADI e 5 do MCI/PS-PUN, 17 votos contra do MLSTP/PSD e 2 abstenções do BASTA.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Passamos à votação na especialidade do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2023.

Artigo 1.º. Capítulo 1. Aprovação do Orçamento.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 2.º. Estimativa de receitas.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 3.º. Fixação de receitas.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 4.º. Finanças da Região Autónoma do Príncipe, finanças locais, fundos autónomos e transferência pública para organismos autónomos.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 5.º. Comparticipação do Estado nos lucros das empresas públicas.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 6.º. Financiamento interno.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 7.º. Crédito externo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sra. Presidente.

No artigo 7.º alínea b) tem um «sempre que possível». Proponho a eliminação deste texto. Ser tudo e sem sempre que possível.

A Sra. **Presidente**: — O texto inicial é: «serem contraídos sempre que possível, segundo as condições de concessionalidade compatíveis com a capacidade de endividamento do País, nomeadamente no tocante à taxa de juro e o prazo de reembolso.» Este é o texto inicial, está a sugerir o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD que fique tudo, mas que subtraíamos «sempre que possível», ficando «serem contraídos segundo as condições de concessionalidade compatíveis» e o resto que está. É uma proposta do Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD e vou submetê-la à votação.

Submetida à votação, foi rejeitada com 34 votos contra, 17 a favor e 2 abstenções.

Artigo 7.º. Crédito Externo.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Capítulo 2.º. Execução orçamental.

Artigo 8.º. Cobrança das receitas.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 9.º. Limite de pagamento em numerário.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 10.º. Contenção de despesas públicas.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 11.º. Requisitos dos beneficiários.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 12.º. Liquidação de despesas não orçamentadas, responsabilidades.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 13.º. Processamento de despesas.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 14.º. Despesas ilegíveis.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 15.º. Regime de aquisição de bens e serviços.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 16.º. Autorização de despesas não especificadas.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 17.º. Alteração orçamental.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 18.º. Informação periódica.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 19.º. Despesa com pessoal.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 20.º. Despesas com investimentos públicos.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 21.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, há uma situação que tem a ver com o preâmbulo da lei. A senhora começou por propor a aprovação do artigo 1.º, mas acho que o Governo enviou uma proposta de preâmbulo. É que na proposta de Orçamento Geral do Estado aparece um pequeno texto que nós podemos adoptar.

A Sra. **Presidente**: — O texto está onde para me situar? A introdução?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2023.

«A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:»
Está a sugerir que isto seja o preâmbulo?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sim. Tem que haver uma introdução ao texto, tem que ter um preâmbulo.

A Sra. **Presidente**: — Mas o Sr. Ministro estava a dizer que não é necessário o preâmbulo.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sim. Podemos admitir o que está cá. Essa é a sugestão.

A Sra. **Presidente**: — Em que ficamos? Admitir essa introdução como preâmbulo? Está escrito preâmbulo aonde? Em que texto? O texto que tenho não tem preâmbulo escrito. Está a sugerir agora que seja introduzido agora?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Está bem. Podemos adoptar o preâmbulo? Vamos submeter à votação a proposta de adopção deste preâmbulo para a Lei do Orçamento Geral do Estado.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Votamos a ideia e agora vamos submeter o preâmbulo à votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Votação final global do Orçamento Geral do Estado.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, sendo 29 do ADI e 5 do MCI/PS-PUN; 17 votos contra do MLSTP/PSD e 2 abstenções do BASTA.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Terminada a votação, solicitamos aos Líderes Parlamentares se têm alguma declaração oral de voto a fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo.

O Sr. **João Leonardo** (MCI/PS-PUN): — Obrigada Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Acabamos de aprovar os dois instrumentos principais para que o País avance, instrumento que o País precisa, que o Governo precisa para fazer avançar o País.

Nós da Bancada do MCI/PS-PUN, como partido responsável que somos, votamos a favor deste Orçamento, porque achamos que tudo aquilo que está plasmado no Orçamento e das Grandes Opções do Plano vêm realmente ao encontro do que o povo precisa. Por isso, nós votamos a favor e esperamos que, embora seja um Orçamento de 6 meses, o Governo possa implementar realmente essas acções a favor das pessoas, porque o País precisa avançar.

Daí que gostaríamos de apelar ao Governo que nós estaremos sempre disponíveis, do lado da governação, para fazermos o País avançar. Nós já ficamos muito tempo parados e por isso acreditamos que o Governo poderá implementar as acções inscritas para o bem das pessoas.

Gostaríamos de agradecer ao Governo por ter inscrito essas acções que tocam as nossas comunidades e mesmo que a execução não seja a 100%, estamos há 6 meses, mas que minimize realmente as condições da vida das pessoas.

Muito obrigado e bom trabalho ao Governo.

Aplausos do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sr. Vice-Líder da Bancada do MCI/PS-PUN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso, representando o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para a declaração de voto.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sra. Presidente.

Cumprimentar as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, os Srs. Membros do Governo, os Técnicos da Comunicação Social que estão cá connosco, os Técnicos da Assembleia Nacional, a todos, o nosso muito bom dia.

Quando eu vinha para cá, vi o País real, mas é um país real que nós teimamos em não ver. Este é que é o grande problema, há um país real mesmo.

O MLSTP/PSD votou contra este Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano, pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, lamentavelmente, trata-se de um Orçamento nem sempre alinhado com as GOP, um Orçamento que ataca a classe média deste país, esta classe é a que dá emprego e garante um pão de cada dia a muitas famílias mais vulneráveis.

Em segundo lugar, um Orçamento que também ataca a população mais vulnerável, ou seja, aquelas pessoas que pouco ou nada têm.

Terceiro, a taxa sobre os produtos da cesta básica vai aumentar, contrariamente àquilo que o Governo anunciou, os produtos essenciais da cesta básica pagavam um imposto de 5%, a partir do dia 1 de Junho passará a pagar o IVA de 7,5%.

Quarto, um Orçamento que não prevê medidas concretas para mitigar as dificuldades do povo com a implementação do IVA.

Votamos contra a não alocação de verbas da maneira mais correta, pois temos algumas que são irreais. Por exemplo, a obra da construção da Ponte sobre o Rio Melo, cujo contrato assinado com a empresa, 9 milhões de dobras, no Orçamento está apenas 5 milhões de dobras.

A alocação de verbas para o GIME só serve para pagar 7 meses deste ano. Como ficarão os outros meses?

O MLSTP/PSD não pode, em consciência, votar a favor deste Orçamento que vai aumentar a fome, a miséria, a austeridade. Não foi esta a solução que o ADI apresentou ao povo para ganhar as eleições.

Sra. Presidente, há outra questão que nos leva a votar contra este Orçamento. A inclusão no Gabinete do Primeiro-Ministro de organismos autónomos, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência para a Promoção do Comércio e Investimento (APCI) e a Unidade de Informação Financeira (UIF). A UIF é uma unidade financeira cujo propósito é controlar o rácio de todo o dinheiro que entra neste país, incluindo branqueamento de capitais. Por isso, temos que votar contra.

Votamos contra a autorização desta Assembleia para que o Governo, no quadro do artigo 7.º, possa contrair créditos não concessionados, algo que os nossos parceiros sempre nos aconselham a não fazer. Por isso nós votamos contra este Orçamento do Estado.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tivemos a declaração de voto na voz do Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Líder Parlamentar do ADI, para apresentar a sua declaração de voto.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, boa tarde.

Gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do ADI votou a favor do Orçamento Geral do Estado, porque entendemos que este é o Orçamento possível, é o Orçamento realista, é o Orçamento que de facto espelha a situação do País neste momento.

Gostaríamos também de congratular-nos com todas as contribuições aqui havidas para melhorar o instrumento.

O Grupo Parlamentar do ADI deu um sinal de que não obstante ser um Grupo que apoia o Governo, também tem intervenções importantes para melhorar o instrumento. Na nossa perspectiva, isto é extremamente importante e é mesmo assim que deve ser.

O Grupo Parlamentar do ADI também lamenta algumas situações aqui ocorridas que em nada abonaram ao exercício que nós aqui fizemos, mas faz parte da democracia e nós respeitamos.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaríamos de dizer que esperamos que as acções aqui inscritas possam de facto ser concretizadas e o senhor pode contar com o nosso apoio para que assim seja.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sr. Deputado José António Miguel e Líder Parlamentar do ADI.

Assim sendo, terminamos a votação destes dois instrumentos necessários para que o Governo trabalhe.

Quero agradecer as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que conosco, nestes dias todos, estiveram cá a colaborar, participando para que fosse possível hoje, finalmente, termos a aprovação destes dois instrumentos deveras importante para o Governo.

Quero mais uma vez, e não deixo de o fazer, agradecer a todos os Técnicos da Comunicação Social, os Técnicos da Assembleia Nacional, os Serviços da Assembleia, que conosco estiveram estes dias todos, tornando possível a transmissão das nossas sessões em directo, para as nossas casas, via Facebook.

Agradeço também a todos quantos nos acompanharam, directa e indirectamente, tanto dentro como fora do País.

Uma saudação muito especial ao Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional, saudação extensiva a todos os Ministros e Ministras que fazem parte deste Governo e, de uma forma em geral, um bem-haja a todos os são-tomenses.

Terminamos a sessão.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Eram 12 horas e 11 minutos.